

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.584.124 - SP (2019/0275658-8)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : TANIA DOS SANTOS FERREIRA
ADVOGADO : MOACIR ANSELMO - SP050678
AGRAVADO : BOA VISTA SERVICOS S.A
ADVOGADOS : LEONARDO DRUMOND GRUPPI - SP163781
IZABELA ALMEIDA DA CONCEIÇÃO - SP393303

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por TÂNIA DOS SANTOS FERREIRA contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

"INDENIZATÓRIA DANOS MORAIS Inscrição no nome da autora nos cadastros de inadimplentes Ré que comunicou por escrito a abertura do cadastro Ausência de prática de ato ilícito Inocorrência de danos morais Sentença de improcedência mantida Recurso desprovido" (fl. 150, e-STJ).

Os embargos declaratórios foram rejeitados (fl. 166, e-STJ).

No recurso especial, a recorrente alega que houve violação dos arts. 373, II, 489, II, e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015; 43 e 73 do Código de Defesa do Consumidor; 4º, § 2º, da Lei nº 9.507/1992 e 186 e 187 do Código Civil.

Sustenta que:

- a) o banco recorrido não administrou corretamente os dados da recorrente, e
- b) o dano sofrido deve ser reparado.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Contraminuta às fls. 240-244 (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

Inicialmente, quanto à apontada afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, nota-se que a recorrente traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, não especificando qual a omissão do julgado impugnado e sua importância no desate da

controvérsia.

Assim, estando deficiente a fundamentação recursal, não há como conhecer da insurgência no tocante ao referido dispositivo legal, com base na Súmula nº 284/STF, aplicada por analogia.

Ademais, quanto à apontada afronta ao CDC, eis a fundamentação do aresto recorrido:

"(...)

Conforme ponderou o magistrado sentenciante, a ré, por se tratar de um banco de dados de consumidores inadimplentes, tem a responsabilidade, nos termos do art. 43, §2º do Código de Defesa do Consumidor, de comunicar por escrito ao consumidor a abertura de cadastro, ficha registro, e dados pessoais e de consumo, comunicação essa que deve ser feita antes da colocação da informação no domínio público.

Ora, a autora não comprovou estar discutindo judicialmente o débito, apenas promove ação de exibição contra o banco.

De fato, a ré não negou nem impediu o acesso da autora à informação contra ela apontada, por isso não se pode imputar a ela a prática de nenhum ato ilícito, pois agiu de acordo com as diretrizes traçadas pelo art. 43 do Código de Defesa do Consumidor" (fl. 152, e-STJ - grifou-se).

Nesse contexto, não é possível a esta Corte apreciar o entendimento exarado na origem, porquanto teria que, necessariamente, rever o contexto fático-probatório dos autos, procedimento inviável nesta via extraordinária, consoante disposto na Súmula nº 7/STJ.

Por fim, quanto à requerida indenização por danos morais, a conclusão do Juízo ordinário foi de que *"(...) não demonstrou a autora a sua exposição à vexação pública, ou sofrimento de humilhação ou dor"* (fl. 152, e-STJ). Incide também, na espécie, o óbice da Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, os quais devem ser majorados para o patamar de 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator